



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Gabinete do Vereador Reis

RDP

14/2018

REQUERIMENTO Nº

*Requer, nos termos regimentais,
instauração de CPI das Faltas
Abonadas para investigar faltas não
justificadas de servidores públicos do
Município de São Paulo*

Considerando o papel fiscalizatório do Legislativo Municipal e as atribuições dos Vereadores previstas na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Câmara Municipal;

Considerando a importância dos princípios da publicidade e transparência no serviço público;

Considerando as denúncias envolvendo recorrentes casos de faltas não justificadas por parte de servidores públicos de São Paulo:

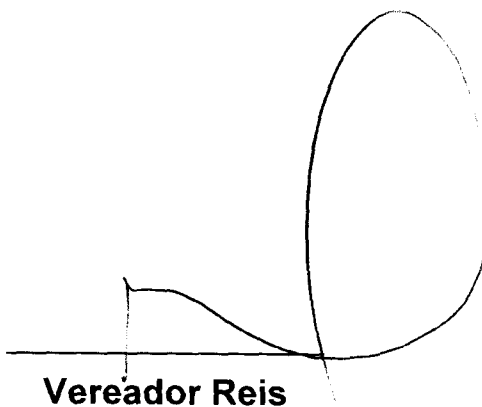
(<http://cbn.globoradio.globo.com/média/audio/146799/sem-direito-ferias-servidores-de-sp-faltam-e-viaja.htm>)



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Requeremos, com fulcro no artigo 33 da Lei Orgânica do Município e nos artigos 90 e seguintes da Resolução nº 02, de 26 de abril de 1991, Regimento Interno desta Edilidade, a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – a ser composta por 9 (nove) membros pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, com eventual prorrogação na forma regimental, com a finalidade de investigar as faltas não justificadas por parte dos servidores públicos do Município de São Paulo.

Sala das sessões, em 21 de Fevereiro de 2018.



Vereador Reis

Sem direito a férias, servidores de SP faltam e viajam a passeio para o exterior

As viagens foram para Miami, Orlando, para a Disney, para Israel e até para a Croácia. Três deles são assessores diretos do vice-prefeito Bruno Covas e viajaram com autorização dele. Os passeios turísticos em dias úteis ocorrem em meio a um aumento da pressão da Prefeitura para que servidores públicos concursados justifiquem os motivos de faltas registradas.



Servidores da prefeitura de SP, Everson Marcos de Oliveira em Jerusalém e Gustavo Garcia Pires, na Croácia. Reprodução Facebook/Instagram

Por Pedro Durán

A gestão Doria ainda não completou um ano. Mas mesmo assim, servidores públicos se deram o direito de viajar como se estivessem de férias.

O assessor direto do Bruno Covas, Gustavo Garcia Pires, que cuida da agenda do vice-prefeito, aparece em um clube de verão e em uma praia paradisíaca no litoral da Croácia. Foram 13 dias em que a folha de ponto da prefeitura registra cinco faltas injustificadas, quatro abonadas e os finais de semana.

Maria Clara Cabral, assessora de imprensa do vice-prefeito foi para a Disney com a família. As imagens mostram ela em diversos parques temáticos, em Orlando e perto de Washington.

Rodrigo Arraval, que é uma espécie de "faz tudo" para Bruno Covas fez o mesmo. Ele ficou do dia 2 até o dia 20 de novembro sem aparecer na Prefeitura a partir do feriado de Finados. A viagem de 17 dias para os Estados Unidos teve 7 faltas sem justificativa e duas faltas abonadas.

Para Israel, numa espécie de missão religiosa, partiu o assessor técnico da Prefeitura Regional da Casa Verde, Everson Marcos de Oliveira. O passeio turístico ocorreu nos últimos dez dias de novembro.

No caso dele ainda há um agravante. Ele trabalha à tarde na Igreja "Ministério Internacional da Família" quando deveria dar expediente na prefeitura, como confirma a atendente da prefeitura.

Atendente: Ele fica das oito até o meio-dia.

Repórter: E aí ele vai embora, né?

Atendente: Isso.

E a secretária da Igreja.

Secretária: Durante a semana, finais de semana ele tá sempre na região.

Repórter: Mas ele fica geralmente na parte da tarde?

Secretária: Sim, na parte da tarde.

Parte dos salários dos funcionários foi descontada. É o que acontece quando as faltas não têm justificativa. Já as chamadas faltas abonadas são um direito de qualquer servidor da prefeitura. Eles podem ter até duas por mês e dez no ano. E recebem por isso. Para conseguir fazer as viagens, eles juntaram faltas abonadas com injustificadas. Pra fazer isso, precisaram da autorização dos chefes. O próprio vice-prefeito curtiu fotos dos servidores fora do país.

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Sérgio Antqueira, explica que na prática esse privilégio não se estende a professores municipais, agentes da CET ou enfermeiros de postos de saúde, por exemplo. Ele conta que na gestão Doria as queixas por assédio moral e a pressão para justificar as faltas aumentaram consideravelmente. Mesmo as faltas abonadas,

que teoricamente são direito dos servidores, não são facilmente aprovadas.

"No caso de servidores que passam por processo administrativo de falta ao longo desse ano aqui, eles têm sido muito rigorosos com essas questões de falta. Não há nenhuma tolerância por falta da chefia. Quando fala que um servidor comissionado faltou tantos dias dá impressão que isso é uma coisa rotineira, uma normalidade e não é. Por exemplo, quem trabalha em hospital, pronto-socorro principalmente, é um pessoal que trabalha sob grande pressão. Algumas regiões da prefeitura, como na Zona Sul, não tem professor suficiente pra atender. Então a dificuldade de um professor conseguir abonar um dia, faltar um dia é muito difícil. E eu tô falando de eventualidades, não estou falando de a pessoa tirar falta abonada pra viajar", explica ele.

Para Maria Sylvia di Pietro, os servidores que viajaram deveriam ser investigados por falta de assiduidade. A professora titular aposentada da USP e especialista em direito administrativo, diz que as faltas sem justificativa precisam ser explicadas.

"Teria que instaurar uma sindicância, um processo, apurar as razões das faltas e se for o caso aplicar uma penalidade de suspensão, pode se chegar até noventa dias. E eventualmente quem estiver autorizando pode responder também. Faltando ao serviço por motivos de lazer, pra viagem pro exterior e assim com tantos funcionários começa a ficar estranho", diz ela.

Procurado pela CBN, Everson Marcos de Oliveira disse que estava em um jantar e não poderia falar ao telefone.

Sobre os outros três servidores mencionados pela reportagem, a Prefeitura de São Paulo disse em nota que eles não cometeram nenhuma irregularidade e nem tiveram qualquer benefício ou privilégio, e que tiveram descontos nos salários.

Para a Prefeitura, as viagens são compensadas pelo fato de os servidores trabalharem "muitas vezes além das oito horas, em feriados e finais de semana". E que por serem comissionados eles não têm outros benefícios como plano de carreira e aposentadoria.